



DECIDE ARTICLE

EDIÇÃO MENSAL

www.pdecide.org

“A AMEAÇA DE RUANDA DE RETIRAR AS SUAS FORÇAS EXPÕE AS VULNERABILIDADES DE MOÇAMBIQUE E A ESTRUTURA DE SEGURANÇA

Nº 01



29 DE ABRIL DE 2026
QUARTA-FEIRA

AUTORES:
SEBASTIAN GULDVOG-HANSEN E WILKER DIAS

Este cenário expõe uma fragilidade central do Estado moçambicano: apesar da sua riqueza em recursos naturais, continua fortemente dependente de actores externos para garantir tanto a segurança territorial como a protecção dos seus interesses económicos.

Cabo Delgado: entre factores externos e causas estruturais

Cabo Delgado tem sido frequentemente descrito como um epicentro de terrorismo internacional.

A insurgência local, conhecida como Ahlu Sunnah Wa-Jama (ASWJ), declarou lealdade ao Estado Islâmico em 2019, passando a integrar a sua província da África Central. Há igualmente evidências da presença de combatentes estrangeiros oriundos de países vizinhos como África do Sul e Tanzânia.

Esta leitura, embora parcialmente correcta, é insuficiente. Ao privilegiar a dimensão externa, tende a obscurecer factores internos determinantes. Diversos estudos e análises incluindo do International Crisis Group, indicam que a maioria dos insurgentes é motivada menos por ideologia religiosa e mais por dinâmicas de exclusão socioeconómica.

Desde 2017, o conflito em Cabo Delgado já provocou mais de 6.500 mortes e deslocou centenas de milhares de pessoas, constituindo uma das mais graves crises de segurança na África Austral.

A intervenção militar do Ruanda, iniciada em 2021, desempenhou um papel determinante na contenção da insurgência, contribuindo para a recuperação de áreas estratégicas e para a retoma gradual de projectos de gás natural.

Contudo, este arranjo de segurança poderá estar em risco. As recentes sanções dos Estados Unidos contra oficiais ruandeses, aliadas à decisão da União Europeia de não renovar o apoio financeiro às forças destacadas em Moçambique, aumentaram significativamente a pressão sobre Kigali. Em resposta, autoridades ruandesas têm admitido a possibilidade de retirada.

A rápida expansão das indústrias extractivas na província não foi acompanhada por políticas eficazes de inclusão. A limitada qualificação da mão-de-obra local e o fraco investimento na educação conduziram à importação de trabalhadores de outras regiões e do estrangeiro por empresas como a TotalEnergies e a ExxonMobil.

Como resultado, o crescimento económico coexistiu com o agravamento das desigualdades, alimentando frustrações sociais profundas.

Neste contexto, a insurgência deve ser entendida como produto de uma confluência de factores: redes transnacionais, sim, mas também marginalização económica, ausência do Estado e falhas de governação. Estas dimensões não são mutuamente exclusivas, reforçam-se.

Uma resposta predominantemente militar

Perante este cenário complexo, a resposta do Estado moçambicano tem sido sobretudo militar.

Para além das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e da Unidade de Intervenção Rápida, o país contou com o apoio da missão da SADC (SAMIM) entre 2021 e 2024, bem como de empresas militares privadas.

A viragem mais significativa ocorreu com a entrada das Forças de Defesa do Ruanda (RDF). Dotadas de maior capacidade operacional e disciplina, as forças ruandesas conseguiram recuperar territórios estratégicos, reduzir ataques insurgentes e criar condições para a retoma de projectos energéticos, incluindo o complexo de Afungi.

A sua actuação foi, em vários casos, melhor recebida pelas populações locais, em parte devido à proximidade linguística e ao comportamento operacional.

Ainda assim, esta eficácia não elimina questões críticas. A intervenção ruandesa resultou de um acordo bilateral cujos termos permanecem largamente desconhecidos. A ausência de transparência incluindo a não consulta à Assembleia da República levanta preocupações quanto à legalidade, aos custos e à natureza dos compromissos assumidos pelo Estado moçambicano.

Opacidade, geopolítica e tensões regionais

As preocupações em torno da presença ruandesa são agravadas pelo contexto regional. O envolvimento do Ruanda no conflito no leste da República Democrática do Congo (RDC), incluindo alegações de apoio ao grupo M23, tem sido amplamente criticado por actores internacionais.

O memorando de entendimento assinado entre a União Europeia e o Ruanda em 2024 sobre matérias-primas críticas acrescenta outra camada de complexidade. Embora enquadrado como parte da transição energética europeia, tem sido alvo de críticas devido a suspeitas de circulação de minerais provenientes de zonas de conflito.

Neste quadro, emergem receios expressos por sectores políticos e da sociedade civil moçambicana de que interesses económicos e estratégicos possam influenciar a presença militar em Cabo Delgado.

Ainda que tais preocupações não invalidem o papel estabilizador das forças ruandesas, sublinham a necessidade de escrutínio público e transparência.

A ameaça de retirada e os seus efeitos

A 2 de março, os EUA impuseram sanções às Forças de Defesa da República (RDF) e a quatro dos seus altos responsáveis devido às suas ligações com a milícia M23 e às operações na RDC.

Enfrentando uma pressão crescente, tanto a nível interno como no estrangeiro, devido às suas relações estreitas com o Ruanda, a UE anunciou, nas duas semanas seguintes, que não iria prolongar o seu apoio financeiro às RDF em Cabo Delgado.

Estes últimos desenvolvimentos foram mal recebidos em Kigali, com várias figuras governamentais de alto nível a alertar que o Ruanda poderá abandonar o norte de Moçambique se o apoio não for garantido.

Numa entrevista à Jeune Afrique News a 3 de abril, o presidente Paul Kagame afirmou que Moçambique e as empresas multinacionais a operar em Cabo Delgado deveriam pagar pela segurança dos seus interesses, salientando que o Ruanda gastou aproximadamente cinco vezes mais nos seus esforços de contra-insurgência do que os 40 milhões de euros com que a UE contribuiu.

Cerca de cinco anos após a entrada das forças ruandesas na região norte, a ameaça de retirada de Kagame reacendeu os debates internos e lançou uma nova luz sobre os termos do acordo bilateral inicial entre o governo de Filipe Nyusi e Kigali.

Numa recente discussão parlamentar, Judite Macuácuá, deputada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), criticou a falta de transparência e destacou que a presença das tropas ruandesas se baseia nos interesses económicos da FRELIMO e expõe Moçambique a pressões diplomáticas e políticas por parte do governo de Kagame.

Apoiando o apelo do MDM à transparência, o deputado da RENAMO José Manteigas acrescentou que «temos a certeza de que, se o governo da FRELIMO não satisfizer as exigências de Kagame, Moçambique transformar-se-á na RDC, a pilhagem dos nossos recursos será devastadora e a guerra em Cabo Delgado nunca terminará».

Estas declarações refletem preocupação crescente entre os actores políticos e da sociedade civil em Moçambique, nomeadamente de que a presença do Ruanda possa ser motivada menos por considerações de segurança humana do que por um interesse em proteger megaprojetos que

beneficiam Kigali, potencialmente à custa das comunidades locais.

A luz disto, a presença continuada das Forças de Defesa do Ruanda (RDF), bem como qualquer potencial retirada, levanta questões mais amplas de estratégia, negociação internacional e legitimidade política interna, tornando a decisão do Ruanda altamente sensível.

Impactos potenciais de uma retirada

Segurança

Uma retirada das forças ruandesas criaria um vazio difícil de preencher no curto prazo.

As limitações operacionais das FADM incluindo défices de formação, logística e moral aumentariam o risco de reconfiguração e expansão da insurgência, com impactos directos sobre civis e infra-estruturas estratégicas, principalmente em áreas como Palma, Montepuez e Mocímboa da Praia.

Os projectos estratégicos, nomeadamente no complexo de gás de Afungi, poderão também enfrentar novos ataques ou paralisações, representando uma ameaça directa à segurança energética e económica do país.

Economia

O aumento da insegurança e a percepção de uma instabilidade prolongada podem levar os investidores estrangeiros nos setores do gás e da mineração a adiar ou suspender projetos.

Tal poderia resultar em danos à reputação e minar ainda mais a confiança internacional nos mercados moçambicanos, afetando futuras parcerias comerciais e o investimento estrangeiro.

Dada a estrutura BOOT (construir, possuir, operar, transferir) dos megaprojetos de GNL, que dá prioridade aos retornos a curto prazo para as empresas multinacionais, adiando os benefícios económicos mais amplos para Moçambique, novos atrasos no local de Afungi poderão ser particularmente onerosos.

Uma retirada ruandesa pode também aumentar o custo dos serviços de segurança privada, reduzindo a rentabilidade dos projectos de extração e potencialmente enfraquecendo as receitas do Estado.

Política

A nível interno, a ameaça de saída do Ruanda já aumentou a pressão sobre o governo central, que é criticado por ser incapaz de garantir a segurança e a estabilidade na província mais rica em recursos naturais.

Se a ameaça se concretizar, poderão surgir críticas internacionais e regionais, incluindo de parceiros estratégicos como a SADC, a União Europeia e os EUA, que poderão questionar as estruturas de governação de Maputo e a sua capacidade para gerir crises de segurança complexas.

Tal poderá também intensificar as tensões internas, com um ressurgimento de movimentos de protesto político, exigências de maior transparência e pressão social para soluções rápidas, aumentando o risco de uma instabilidade política mais generalizada.

Transparência como condição de soberania

Como tal, uma eventual retirada ruandesa representa não só um desafio militar imediato, mas também uma ameaça complexa à estabilidade estrutural de Cabo Delgado e à capacidade do Estado moçambicano de gerir a sua província mais estratégica, tanto em termos de segurança como de desenvolvimento económico. Pode ser vista como um sinal claro das fragilidades estruturais do modelo atualmente em vigor em Cabo Delgado.

A dependência de forças externas, combinada com a opacidade dos acordos e a supervisão democrática limitada, levanta questões profundas sobre soberania, legitimidade e sustentabilidade. Sem maior transparência, responsabilização e uma estratégia centrada nas populações locais,

Cabo Delgado corre o risco de se tornar uma zona permanentemente militarizada, onde a segurança serve principalmente interesses económicos estratégicos, em detrimento das comunidades que ali vivem.

- Moçambique não está sem opções: a sua riqueza em recursos naturais, em particular os seus campos de gás, é importante para uma União Europeia que se esforça por diversificar as suas importações energéticas num contexto de guerras na Ucrânia e no Médio Oriente. Como tal, a UE (e os EUA) estarão empenhados em encontrar uma solução de segurança duradoura em Cabo Delgado.

- Cabo Delgado é também importante para o Ruanda, tanto pelo seu objectivo estratégico de ser visto como uma força militar regional estável, como pelos seus interesses económicos nos recursos naturais moçambicanos.

- A maior questão relativa à presença ruandesa é o secretismo em torno dos acordos que a sustentam. Só quando estes forem tornados transparentes é que poderá ser tomada uma decisão democrática e baseada no conhecimento.

- Os projectos de gás em Cabo Delgado representam algumas das maiores oportunidades económicas do país. O povo moçambicano merece saber mais sobre a arquitetura jurídica e de segurança que os rodeia.

O desafio que se coloca não consiste apenas em conter a insurgência, mas sim em redefinir o contrato entre o Estado, os recursos e os cidadãos. Sem essa mudança, qualquer estabilidade será frágil e potencialmente ilusória.



#PLATAFORMADECIDADE

Endereço: Rua Major Serpa Pinto, Parque de Infra-Estruturas, Chaimita, Cidade da Beira, Sofala-Moçambique

+258 84 982 3234 / info@pdecide.org / pdecide2324@gmail.com

Direitos autorais reservados a Plataforma DECIDE

@2026